

Campos prega choque institucional

Salvador (Da enviada especial) — O ex-ministro e senador Roberto Campos, um dos participantes do painel sobre a inflação no XV Congresso Nacional de Bancos, fez um eloquente e contundente ataque à presença do Estado na economia e à elevada inflação, para a qual tem a sua proposta:

“Mais necessário que a austeridade monetária, estou convencido que é necessário um choque “institucional” ou um “choque de liberdade” como costumo chamar”, que se fundamenta na redução da intervenção do Estado na economia.

O “choque institucional” proposto pelo senador se desenrolaria em três planos: descentralização de receitas, assim como de atribuições, em favor dos estados e municípios; a desestatização, em favor do setor privado desintervenção, pela simplificação e supressão de controles regulatórios. Para Campos, não bastariam discursos políticos louvando a iniciativa privada. A primeira

coisa a ser feita — destacou — é no sentido de cessar de estatizar”.

Segundo o senador, a desestatização da economia “seria recomendável para que a abertura política pudesse se complementar com a abertura econômica” e a sua proposta do “choque institucional” — assinalou — “auxiliaria no combate à inflação por aumentar a área de preços flexíveis”. Campos considerou no entanto que, “entre a intenção e o fato, o desejo e a realidade, a pregação e a obra, medeiam muitos mares e muitas milhas”.

Dentro da sua idéia de “desintervenção”, Campos propôs a livre flutuação das taxas de câmbio que, no seu entender, “daria aos investidores mais tranquilidade para investir, sem risco de amarração das taxas de nível irrealista, por arbitrio da autoridade”. Para ele, na prática, não haveria grande diferença entre o sistema de minidesvalorização (OES) semanais e a formação livre da

taxa de mercado; com a vantagem — destacou — que esta última seria desburocratizante.

Roberto Campos insistiu que “o Estado deve ser menos um investidor industrial e mais um investidor social” e que o Brasil não é o País do carnaval e sim, “o País das concessões e dos cartéis; há o cartel do cimento, do aço, do açúcar, das exportações de algodão e soja e até — acrescentou — para minha surpresa, do suco de laranja”.

E para explicar a resistência à inflação, Campos citou três causas: “a rigidez de preços criada pela indexação generalizada; o conflito de objetivos entre os ajustes externos e internos; e o efeito acelerador das expectativas inflacionárias”. Mas, ressaltou, a indexação torna apenas mais lenta a desaceleração de preços, e lembrou que, nos anos de 1979, 1980 e 1983 a correção monetária ficou abaixo da inflação e a variação do IGP (inflação) ficou em, respectivamente, 30,60 e 99 por cento.